

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIA CONTÁBEIS  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**UM ESTUDO SOBRE A APLICAÇÃO DA GESTÃO DE CUSTOS EM  
EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA ZONA DA MATA  
MINEIRA**

**GRASIELE ROSA CACIANO**

**JUIZ DE FORA  
2018**

**GRASIELE ROSA CACIANO**

**UM ESTUDO SOBRE A APLICAÇÃO DA GESTÃO DE CUSTOS EM  
EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA ZONA DA MATA  
MINEIRA**

**Monografia apresentada ao curso de  
Ciências Contábeis da Universidade Federal  
de Juiz de Fora, como requisito para  
obtenção do título de Bacharela em Ciências  
Contábeis.**

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Ma. Janayna Freire**

**JUIZ DE FORA**

**2018**

## AGRADECIMENTOS

Como dizia Clarice Lispector em *A descoberta do Mundo*. ‘Um nome para o que eu sou, importa muito pouco. Importa o que eu gostaria de ser’. Gostaria de ser em suas particularidades às pessoas que me expiram, não como uma cópia, mas sim exemplos de seres humanos. Gostaria de ser um pouco Nina Simone, Bukowski, Schopenhauer, até Kerouac. Gostaria de ser um pouco minha mãe Tânia com sua força de vencer os obstáculos; gostaria de ser um pouco meu pai Roberto pelo amor ao mundo; gostaria de ser um pouco meu namorado com a sensatez para questões humanas; gostaria de ser um pouco minha irmã Edivânia pelo companheirismo, às minhas outras irmãs Ana Cláudia e Roberta pelas críticas à sociedade e ao meu irmão Júlio pelo amor a família; gostaria de ser um pouco minha amiga Juliana pela crença e luta para uma sociedade justa e gostaria de ser um pouco minha orientadora Janayna por mostrar dignidade e sabedoria nas relações. A todos, gratidão por demonstrarem o quanto eu posso ser: pessoa humana.

*“Não é loucura. Também não é utopia, que quer dizer “em lugar nenhum”. A Economia a partir do coração é aquela que segue o caminho da “cooperatividade” em vez da competitividade, da eficiência sistêmica em vez da eficiência apenas individual, do “um por todos, todos por um”, em vez do “cada um por si e Deus só por mim”. E esta economia já existe. Ela tem como centro o coração, cuja energia é o amor. Trata-se, então de uma economia amorosa, que pressupõe seres amorosos”.*

*(Quintela e Arruda, 2003)*



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**Termo de Declaração de Autenticidade de Autoria**

Declaro, sob as penas da lei e para os devidos fins, junto à Universidade Federal de Juiz de Fora, que meu Trabalho de Conclusão de Curso é original, de minha única e exclusiva autoria e não se trata de cópia integral ou parcial de textos e trabalhos de autoria de outrem, seja em formato de papel, eletrônico, digital, audiovisual ou qualquer outro meio.

Declaro ainda ter total conhecimento e compreensão do que é considerado plágio, não apenas a cópia integral do trabalho, mas também parte dele, inclusive de artigos e/ou parágrafos, sem citação do autor ou de sua fonte. Declaro por fim, ter total conhecimento e compreensão das punições decorrentes da prática de plágio, através das sanções civis previstas na lei do direito autoral<sup>1</sup> e criminais previstas no Código Penal<sup>2</sup>, além das cominações administrativas e acadêmicas que poderão resultar em reprovação no Trabalho de Conclusão de Curso.

Juiz de Fora, 03 de Dezembro de 2018.

---

Grasiele Rosa Caciano

---

<sup>1</sup>LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

<sup>2</sup>Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa.

**ATA DE DEFESA DO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Aos 3 dia do mês de Dezembro de 2018, nas dependências da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora, reuniu-se a banca examinadora formada pelos professores abaixo assinados para examinar o Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis da discente **GRASIELE ROSA CACIANO** regularmente matriculada no Bacharelado em Ciências Contábeis sob o número **201278013** intitulado **UM ESTUDO SOBRE A APLICAÇÃO DA GESTÃO DE CUSTOS EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA ZONA DA MATA MINEIRA**. Após a apresentação e consequente deliberação, a banca examinadora se reuniu em sessão fechada, considerando a discente \_\_\_\_\_ . Tal conceito deverá ser lançado em seu histórico escolar quando da entrega da versão definitiva do trabalho, impressa e em meio digital.

Juiz de Fora, 03 de Dezembro de 2018.

---

Prof<sup>ª</sup> Ma. JanaynaKatyuscia Freire de Souza Ferreira  
Orientadora

---

Prof<sup>ª</sup> Ma. Raquel Ângelo Araujo

---

Prof<sup>ª</sup> Me. Heloisa Baia da Costa

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Área de atuação dos Empreendimentos por Macrorregiões.....	20
Tabela 2:	Forma de Organização por Macrorregião.....	20
Tabela 3:	Atividades econômicas realizadas pelos EES.....	21
Quadro 4:	Roteiro da Entrevista.....	34
Quadro 5:	EES participantes da pesquisa.....	34

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Roteiro da Entrevista.....	31
Quadro 2:	EES participantes da pesquisa.....	32



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Adoção dos Princípios da Economia Solidária.....	37
--	----

## RESUMO

Este trabalho é fruto da atuação e reflexão da Autora no Projeto de Extensão intitulado: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFJF, acerca da aplicação Contábil Organizacional em Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Portanto teve como objetivo analisar a aplicação das ferramentas de gestão de custos no processo produtivo e gerencial para a tomada de decisão a partir da percepção dos Gestores, considerando as características individuais e a adoção aos Princípios norteadores da Economia Solidária nestes EES. O estudo pautou-se na abordagem da pesquisa qualitativa por meio de levantamentos bibliográficos, documental e o estudo de múltiplos casos através de entrevistas semi-estruturadas em três Empreendimentos Econômicos Solidários da Zona da Mata Mineira. Para tal, foram identificadas as características individuais de cada empreendimento, tais como: ramo de atuação e processo produtivo, a aderência aos Princípios norteadores da Economia Solidária e a análise das ferramentas de gestão de custos, assim como as ferramentas gerenciais para a tomada de decisão. Os resultados da pesquisa demonstraram que os três Empreendimentos Econômicos Solidários são constituídos legalmente como Associações visando à geração de renda através do associativismo, e seguem aos Princípios da Economia Solidária. No entanto, no que tange a aplicação das ferramentas de custos no processo produtivo os EES não mensuram de forma fidedigna seus custos, considerando que na Associação Caminho Novo e na Associação 14 Bis a produção é feita de forma individual, sendo as Associações entidades responsáveis pela comercialização. Na ACRAP há apenas a gestão dos custos da mão de obra, não tendo um método de custeio. Em relação à gestão das ferramentas gerenciais para a tomada de decisão, como a Margem de Contribuição ou o Ponto de Equilíbrio, nenhum dos EES fazem a utilização.

**Palavras-chaves:** Contabilidade de Custos. Contabilidade Gerencial. Economia Solidária.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>14</b>
<b>2.1 O surgimento do Associativismo e do Cooperativismo</b> .....	<b>14</b>
<b>2.2 Movimento e Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)</b> .....	<b>16</b>
<b>2.3 Contabilidade como sistema de informação</b> .....	<b>21</b>
<b>2.4 Contabilidade de Custos e Gerencial</b> .....	<b>23</b>
<b>2.5 Ferramentas da Contabilidade de Custos e Gerencial</b> .....	<b>24</b>
2.5.1 Terminologia conceitual básica da Contabilidade de Custos .....	24
2.5.2 Classificação dos custos quanto à alocação e variabilidade .....	25
2.5.3 Sistema de Custeio: Absorção, Departamentalização, ABC e Variável .....	26
2.5.4 Análise Custo x Volume x Lucro .....	27
2.5.5 Formação de Preço de Venda .....	28
<b>3. METODOLOGIA</b> .....	<b>30</b>
<b>4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA</b> .....	<b>32</b>
<b>4.1 Contextualização dos EES</b> .....	<b>32</b>
4.1.1 Associação Caminho Novo .....	32
4.1.2 Associação Agro-Artesanal 14 Bis.....	34
4.1.3 Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Além Paraíba (ACRAP)	35
<b>4.2 Aderência aos Princípios da Economia Solidária</b> .....	<b>37</b>
<b>4.3 Análise da gestão de custos e a utilização das ferramentas gerenciais</b> .....	<b>38</b>
4.3.1 Demanda por informações contábeis e gerenciais.....	38
4.2.2 Processo de Tomada de Decisão .....	39
4.2.3 Informações sobre os Custos do EES .....	40
4.2.4 Satisfação quanto às informações Contábeis.....	41
4.2.5 Percepção dos Contadores dos EES .....	41
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>45</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Em meio à recessão econômica, oriunda da revolução industrial no século XVIII, ocasionando crises para a classe trabalhadora, como desemprego e deterioração das relações de trabalho, as sociedades passaram por transformações econômicas, sociais e políticas. (SINGER, 2003; SOUZA, 2003). Neste contexto, o Associativismo dos trabalhadores assalariados tornou uma forma de escape para as atrocidades trazidas pelo Capitalismo, entendido por Singer (2003) como “um modo de produção em que os meios de produção e de distribuição, assim como o trabalho, se tornam mercadorias, apropriadas privadamente”.

Através da associação dos trabalhadores o Cooperativismo tornou-se possível com características da cooperação e da autogestão e com objetivo de difundir os ideais socialistas no intuito de atingir o pleno desenvolvimento financeiro, econômico e social de todas as sociedades cooperativas (BENATO, 1999). Robert Owen, como um dos socialistas utópicos, destaca-se na fundação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale (*Rochdale Society Of Equitable Pionners*), sociedade cooperativa de consumo de tecelões, com a finalidade de enfrentamento da crise industrial em 1884 (OLIVEIRA, 2016). A partir deste movimento cooperativista na Inglaterra em 1884, a expansão foi inevitável, considerando o impacto pós-industrial no mundo.

No Brasil, o associativismo foi marcado pela Economia Solidária com ideais cooperativistas, o que para Souza (2003) a Economia Solidária segue para além do Cooperativismo, abrangendo outras formas de organização econômica com orientações igualitárias e democráticas. Singer (2003) aponta que a Economia Solidária “é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo”. Desta forma, a Economia Solidária, como destacado por Oliveira (2016, p. 89) se materializa pela:

Autogestão de empresas pelos trabalhadores, agricultura ecológica, consumo solidário, sistemas locais de emprego e comércio, sistemas locais de trocas, Rede Global de Trocas, Rede de Cooperação, organizações comunitárias, Sistemas de Microcrédito e de Crédito Recíproco, Bancos do Povo, Sistemas Locais de Moedas Sociais, movimentos sociais, assentamentos de trabalhadores rurais e sem-teto, autogestão de empresas falidas, prestações de serviços, cooperativas e associações de crédito, consumo, produção etc.

A emancipação do movimento de Economia Solidária através da autogestão dos trabalhadores tornou possível o processo de estruturação nacional no combate à exclusão social

e ao desemprego a partir da década de 1980 e em meados da década de 90 tomou impulso (SINGER, 2003).

A mobilização da sociedade trabalhadora brasileira articulou a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), oriundo da realização do I Fórum Social Mundial, em 2001. O FBES é organizado em mais 160 fóruns municipais, microrregionais e estaduais, envolvendo mais 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (FBES, 2018). Além dos fóruns, em 2003 foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), com o objetivo de fomentar políticas públicas, no que tange promoção dos interesses econômicos, sociais e políticos. A SENAES tem grande importância para o fortalecimento do diálogo da sociedade civil organizada como movimento de Economia Solidária e o setor público, através dela, em 2013 foi publicado o Atlas Digital de Economia Solidária no Brasil com o propósito de demonstrar características e diversificação dos empreendimentos econômicos solidários. De acordo com o Atlas em 2013, foram 19.708 empreendimentos, desses 10.793 caracterizados como rurais, 6.856 como Urbano e 2.058 como Urbano e Rural distribuídos no País.

O Estado de Minas Gerais abarca cerca de 1.188 empreendimentos econômicos solidários, destes 107 estão localizados na Zona da Mata Mineira, sendo 57 empreendimentos econômicos solidários organizados como Grupo informal, 39 como Associações, 10 como Cooperativas e 1 como Sociedade Mercantil (SIES, 2013).

Singer (2003) menciona que os empreendimentos econômicos solidários se organizam em redes de ajuda mútua e representação política, e com isso a mobilização gira em torno da proposta econômica e social, considerando as experiências populares de pequeno porte, de caráter informal e de baixa rentabilidade. Neste cenário a importância da gestão das ferramentas de custos no processo produtivo e gerenciais para a tomada de decisão, considerando os princípios norteadores da Economia Solidária, torna-se instrumento para desenvolvimento do empreendimento econômico solidário, e, por conseguinte o desenvolvimento econômico e social para os trabalhadores através da geração de renda.

Diante deste contexto, este trabalho tem como objetivo geral analisar a aplicação da gestão de custos em empreendimentos econômicos solidários da Zona da Mata Mineira, considerando suas características individuais e a adoção aos Princípios da Economia Solidária.

Para o alcance do objetivo geral foram propostos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar as características individuais de cada empreendimento, tais como: ramo de atuação e processo produtivo;
- Verificar a aderência dos empreendimentos aos Princípios norteadores da Economia Solidária;
- Analisar a utilização das ferramentas de gestão de custos, assim como as ferramentas gerenciais para a tomada de decisão de cada Empreendimento Econômico Solidário.

Para tanto, através da abordagem da pesquisa qualitativa descritiva e método de estudo de múltiplos casos amparados pelo levantamento bibliográfico, serão aplicados aos Gestores dos Empreendimentos e seus respectivos Contadores entrevistas semiestruturadas, além de realização de análise documental.

Este trabalho se justifica no âmbito acadêmico pela aproveitamento dos conhecimentos adquiridos durante o curso de graduação em um contexto real e na pouca exploração de estudos em contabilidade aplicada a Empreendimentos Econômicos Solidários. No aspecto prático poderá contribuir com a gestão dos Empreendimentos a partir da percepção da aplicabilidade das ferramentas de custos e gerenciais e da reflexão junto aos gestores dos benefícios trazidos por essas ferramentas para o processo de gestão.

O trabalho está estruturado em seis partes, sendo o Capítulo 1 composto por essa Introdução, que traz uma breve contextualização sobre o tema, os objetivos do trabalho e a justificativa da pesquisa. O Capítulo 2 traz o Referencial Teórico que aborda em um primeiro momento sobre o surgimento do Associativismo e do Cooperativismo, posteriormente a caracterização do Movimento e Empreendimentos Econômicos Solidários e em um terceiro momento sobre a Contabilidade como Sistema de Informação e as Ferramentas da Contabilidade de Custos e Gerencial. No Capítulo 3 apresenta-se a Metodologia de Pesquisa utilizada para a realização do estudo. O Capítulo 4 expõe a Apresentação e Análises realizadas com base nos dados dos Empreendimentos objeto deste estudo e o parecer desses resultados. O Capítulo 5 traz as Considerações Finais do trabalho. E por fim, o Capítulo 6 apresenta as Referências Bibliográficas que foram utilizadas na realização do estudo.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção serão discutidos aspectos conceituais e históricos sobre a Economia Solidária, considerando que a Ecosol é um movimento erguido através da autogestão que busca essencialmente a geração de renda por via do Associativismo e do Cooperativismo. Também serão conceituadas as ferramentas da Contabilidade de Custos e Gerencial.

### 2.1 O surgimento do Associativismo e do Cooperativismo

O processo histórico da soberania do Capitalismo constituiu-se através de transições econômicas, políticas e sociais, fortalecendo-se na Inglaterra, no século XVIII, por via da revolução industrial. Benato (1999, p. 11), caracteriza o sistema capitalista como “um sistema gerador e propulsor de riquezas, buscando o lucro como unicamente símbolo de riqueza”. Neste sentido, com o advento da revolução industrial houve o processo de intensificação da mecanização da produção, o que resultou no aumento da riqueza e da mão de obra, conseqüentemente um avassalador aumento da classe operária fabril e na precarização das condições de trabalho dos operários, como retrato por Singer (2002, p. 24):

A exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a produção biológica do proletariado. As crianças começavam a trabalhar tão logo podiam ficar de pé, e as jornadas de trabalho tão longas que o debilitamento físico dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade impediam que a produtividade do trabalho pudesse se elevar.

Visto disso, através da exploração da mão de obra operária fabril foi surgindo reivindicações por direitos ligados a classe trabalhadora. Neste contexto, Robert Owen<sup>3</sup> se destacou como reivindicador da classe, pelo qual buscava relações de trabalho justas para o industrial e o operário. Singer (2002) relata que Owen tinha a intenção de erguer num meio social mais novo, e por isso menos deteriorado, uma aldeia Cooperativa que seria um modelo da sociedade do futuro a ser imitado por pessoas de boa vontade mundo afora.

A idealização de operários, de Robert Owen e outros pensadores fizeram a classe operária de trabalhadores encontrarem justiça e igualdade, princípios do socialismo, no Associativismo. Desta forma, modelos de Cooperativas foram surgindo resultando no

---

<sup>3</sup> Robert Owen (1771-1858) – de família de artesãos, nasceu em Newton. Encarregado de dirigir uma fábrica de fiação, introduziu várias inovações, destacando-se, de tal forma, que dela se tornou coproprietário. Casou-se com a filha do Sócio Dale. Com a compra de uma fiação em New Lanarck, pela sociedade, coube a Owen dirigi-la. Realizou tão importantes obras sociais que New Lanarck tornou-se centro de visitação e de admiração da Europa, mas seu exemplo não era imitado, e Owen acabou deixando a sociedade porque seus sócios achavam suas inovações muito onerosas (PINHO, 1982, p. 23).

movimento do cooperativismo, refletido através das características da cooperação e da autogestão. Benato (1999, p. 25) afirma que o “cooperativismo tem como objetivo difundir os ideais em que se baseia, no intuito de atingir o pleno desenvolvimento financeiro, econômico e social de todas as sociedades cooperativas”. A cooperação para o autor surgiu da necessidade ou meio de sobrevivência, como agrupamento de pessoas que na reciprocidade de seu trabalho, no conjunto de suas ideias e no esforço continuado de suas ações, realizam seus propósitos. Dentro desta nova visão com viés cooperativista, o homem passou ser centralidade nas relações de trabalho e suas bases foram sustentadas por princípios que afirmam a colaboração. Pinho (1982, p. 39) destaca os princípios do cooperativismo fixados na Aliança Cooperativa Internacional (ACI), em 1895, sendo:

- i. Adesão Livre;
- ii. Controle (ou gestão) democrático;
- iii. Controle Distribuição das sobras:
  - a) ao desenvolvimento da cooperativa;
  - b) aos serviços comuns;
  - c) aos associados, “pro rata” das operações;
- iv. Juros limitados ao capital;
- v. Constituição de um fundo para educação; e
- vi. Cooperação entre as cooperativas, em plano local, regional, nacional e internacional.

Estes princípios, segundo Noronha *et al.* (1976), refletem o marco histórico do movimento cooperativista no mundo, considerando a estrutura de um novo modelo econômico, social e político. No Brasil, o movimento Cooperativista refletiu através de dois grandes embasamentos ideológicos: doutrinação rochdleano<sup>4</sup> e o movimento pragmático empresarial, como destacado por Pinho (1982, p. 119)

De um lado a Constituição Republicana de 1891 assegurou a liberdade de associação (art. 72, §8º) e o Estado começou a legislar sobre associativismo rural; de outro lado, os graves problemas que caracterizavam a crise estrutural do fim do Império e começo da República levaram à recomendação do Cooperativismo.

Neste processo de avanço da legislação brasileira tendendo a liberdade de associação, foi constituída através do IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado em dezembro de 1969 em Belo Horizonte-MG, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) resultante da fusão da Aliança Brasileira de Cooperativas (ABCOOP) e a União Brasileira de Cooperativas (UNASCO) (BENATO, 1999). Nos dias atuais a Legislação Cooperativista é

---

<sup>4</sup> Matriz do Cooperativismo de consumo, como fruto da iniciativa de vinte e oito tecelões que buscaram um meio de melhorar sua precária situação econômica (PINHO, 1982, p. 31).



pautada pela Lei nº 5.764/1971 que estabelece as diretrizes da atuação das cooperativas e a Lei nº 12.690/2012, dispõe sobre o funcionamento das cooperativas de trabalho.

## 2.2 Movimento e Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)

Com o aparecimento do Movimento Cooperativista, ligado intrinsecamente ao Movimento Associativista, nasce uma nova organização da sociedade trabalhadora no que se refere à relação dicotômica produção/consumo, baseada na cooperação e na solidariedade em busca do desenvolvimento econômico colaborativo. Singer (2002, p. 10) caracteriza o movimento como:

(...) outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica.

A estratégia de desenvolvimento econômico da Ecosol, desde os primórdios de sua criação no Brasil, busca a relação econômico-social humanizada e solidária (CORREIA, 2015). Arroyo e Schuch (2006) descrevem que o movimento de Economia Solidária é para além de relações econômicas, mas uma alternativa de defesa da classe trabalhadora contra o processo neoliberal de aniquilamento de postos de trabalho, ou seja, relações sociais. Nesta perspectiva, Singer (2003, p. 13-14), afirma que “a Economia Solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra capitalismo”, destacando:

A crítica ao capitalismo prossegue ao considerar aos seus efeitos extra-empresa: a crescente desigualdade entre a classe capitalista, cuja riqueza aumenta com a acumulação do capital, e a classe trabalhadora, cujos ganhos são apenas suficientes para reproduzir sua força de trabalho cotidianamente e produzir nova força de trabalho – os seus descendentes – que substituirão os trabalhadores aposentados e os sustentarão mediante suas contribuições previdenciárias.

A desigualdade econômica e social entre as classes como apontado por Singer se intensificou com o processo de globalização. Santos (2001) aponta que a globalização como desenvolvida foi perversa, onde o desemprego tornou-se crônico, a pobreza aumentou, as classes médias perderam em qualidade de vida e o salário tendeu a baixar. Neste contexto, as ações hegemônicas marcadas pelo processo de globalização no Brasil, em meados da década de 80, fizeram com que trabalhadores migrassem para práticas autogestionárias, surgindo anseios igualitários e democráticos de participação. A autogestão, segundo a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE, 2018, p. 12) é a “orientação para um conjunto de práticas democráticas participativas nas decisões estratégicas e cotidianas dos

empreendimentos de Econômicos Solidários, de forma possível terem relações econômicas sustentáveis”.

Com esse intuito, Correia (2015, p. 86) afirma que o “trabalho solidário promove a corresponsabilidade social, a integração de produção e consumo”. Visando essa nova organização da classe trabalhadora através de Empreendimentos de Economia Solidária houve a intensificação de diálogo do setor público com os agentes solidários, sendo indispensável para o processo emancipatório e para a implementação de políticas públicas de fomento à Economia Solidária. Neste sentido, Barbosa (2007, p. 174), coloca a exemplo a interação do Setor Público e a Economia Solidária:

Forjaram-se nas regiões metropolitanas e rurais práticas de fomento à Economia Solidária, fortalecendo ações já existentes de organizações da Sociedade e entidades religiosas ou Sindicatos. Destacam-se, nessa direção, o governo do Estado do Rio Grande do Sul 1999/2002, as prefeituras de São Paulo (2000/2004), de Recife (2000/2004), de Santo André, de Belém, de Chapecó (SC), de Porto Alegre, de Caxias do Sul, de Belo Horizonte, entre outras.

A emancipação do movimento de Economia Solidária através da autogestão dos trabalhadores fez acontecer em 2001, o Fórum Social Mundial com o propósito de debate mundial. Em 2002, foi necessária a articulação nacional com apoio de políticas públicas a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). O FBES dividiu-se, segundo Barbosa (2007, p. 179) em: Coordenação Nacional, Conselho Intelocutor, Grupos de Trabalhos, Secretária Executiva e Fóruns Estaduais. Através dos Grupos de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT Brasileiro) houve articulação nas esferas federais, estaduais e municipais para a criação da Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES) com o objetivo de institucionalizar e fomentar as demandas dos trabalhadores solidários.

Resultante da crise social atrelado ao processo de industrialização no Brasil nas décadas de 1980 e 1990 a Economia Solidária ressurgiu a partir de uma nova perspectiva de organização através da autogestão, de acordo com Singer (2002), fortalecendo anos após anos para a consolidação dos princípios erguidos através II Plenária Brasileira de Economia Solidária, composta no Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) em 2003. Os princípios norteadores foram constituídos no sentido de orientar as práticas da Economia Solidária. Segundo a carta de Princípios da Ecosol (FBES, 2013), são eles:

Princípios Gerais:

- i. A valorização social do trabalho humano;
- ii. A satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica;

- iii. O reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade;
- iv. A busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza;
- v. Os valores da cooperação e da solidariedade.

Princípios Específicos:

- i. Para a Economia Solidária o valor central é o direito das comunidades e nações à soberania de suas próprias finanças. São alguns dos elementos fomentadores de uma política autogestionária de financiamento do investimento do nível local ao nacional;
- ii. A nível local, micro, territorial: os bancos cooperativos, os bancos éticos, as cooperativas, as instituições de microcrédito solidária e os empreendimentos mutuários, todos com o objetivo de financiar seus membros e não concentrar lucros através dos altos juros, são componentes importantes do sistema socioeconômico solidário, favorecendo o acesso popular ao crédito baseado nas suas próprias poupanças.
- iii. A nível nacional, macro, estrutural: a descentralização responsável das moedas circulantes nacionais e o estímulo ao comércio justo e solidário utilizando moedas comunitárias; o fluxos financeiros para que cumpram seu papel de meio e não de finalidade da atividade econômica; a imposição de limites às taxas de juros e aos lucros extraordinários de base monopolística, o controle público da taxa de câmbio e a emissão responsável de base monopólica, o controle público da taxa de câmbio e a emissão responsável de moeda nacional para evitar especulativa e defender a soberania do povo sobre seu próprio mercado;
- iv. Articulando o consumo solidário com a produção, a comercialização e as finanças, de modo orgânico e dinâmico e do nível local até o global, a economia solidária amplia as oportunidades de trabalho e intercâmbio para cada agente sem afastar a atividade econômica do seu fim primeiro, que é responder às necessidades produtivas e reprodutivas da sociedade e dos próprios agentes econômicos;
- v. Consciente de fazer parte de um sistema orgânico e abrangente, cada agente econômico busca Consciente de fazer parte de um sistema orgânico e abrangente, cada agente econômico busca contribuir para o progresso próprio e do conjunto, valorizando as vantagens cooperativas e a eficiência sistêmica que resultam em melhor qualidade de vida e trabalho para cada um e para todos.
- vi. A partilha da decisão com representantes da comunidade sobre a eficiência social e os usos dos excedentes, permite que se façam investimentos nas condições gerais de vida de todos e na criação de outras empresas solidárias, outorgando um caráter dinâmico à reprodução social.
- vii. A Economia Solidária propõe a atividade econômica e social enraizada no seu contexto mais imediato, e tem a territorialidade e o desenvolvimento local como marcos de referência, mantendo vínculos de fortalecimento com redes da cadeia produtiva (produção, comercialização e consumo) espalhadas por diversos países, com base em princípios éticos, solidários e sustentáveis.
- viii. A economia solidária promove o desenvolvimento de redes de comércio a preços justos, procurando que os benefícios do desenvolvimento produtivo sejam repartidos mais equitativamente entre grupos e países.
- ix. A economia solidária, nas suas diversas formas, é um projeto de desenvolvimento destinado a promover as pessoas e coletividades sociais a sujeito dos meios, recursos e ferramentas de produzir e distribuir as riquezas, visando a suficiência em resposta às necessidades de todos e o desenvolvimento genuinamente sustentável.
- x. A Economia Solidária é também um projeto de desenvolvimento integral que visa a sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental e a democracia participativa.
- xi. A Economia Solidária estimula a formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania, exercendo sua soberania por meio da democracia e da gestão participativa.

- xii. A Economia Solidária exige o respeito à autonomia dos empreendimentos e organizações dos trabalhadores, sem a tutela de Estados centralizadores e longe das práticas cooperativas burocratizadas, que suprimem a participação direta dos cidadãos trabalhadores.
- xiii. A economia solidária, em primeiro lugar, exige a responsabilidade dos Estados nacionais pela defesa dos direitos universais dos trabalhadores, que as políticas neoliberais pretendem eliminar.
- xiv. Preconiza um Estado democraticamente forte, empoderado a partir da própria sociedade e colocado ao serviço dela, transparente e fidedigno, capaz de orquestrar a diversidade que a constitui e de zelar pela justiça social e pela realização dos direitos e das responsabilidades cidadãos de cada um e de todos.
- xv. O valor central é a soberania nacional num contexto de interação respeitosa com a soberania de outras nações. O Estado democraticamente forte é capaz de promover, mediante do diálogo com a Sociedade, políticas públicas que fortalecem a democracia participativa, a democratização dos fundos públicos e dos benefícios do desenvolvimento.
- xvi. Assim, a Economia Solidária pode constituir-se em setor econômico da sociedade, distinto da economia capitalista e da economia estatal, fortalecendo o Estado democrático com a irrupção de novo ator social autônomo e capaz de avançar novas regras de direitos e de regulação da sociedade em seu benefício.

Os princípios pensados e elaborados para a consolidação do Movimento de Economia Solidária reforçam o que Singer (2002) afirma ser outra economia possível. Segundo o autor, a Economia Solidária é uma alternativa superior ao Capitalismo, não apenas em termos econômicos, mas por proporcionar às pessoas que adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras, uma vida melhor, com liberdade de escolhas e autonomia na atividade produtiva. A partir da percepção de que é possível construir a partir das bases outro modo de vida, Quintela e Arruda (2003, p. 317), refletem o real sentido da existência da economia solidária:

Não é loucura. Também não é utopia, que quer dizer “em lugar nenhum”. A Economia a partir do coração é aquela que segue o caminho da “cooperatividade” em vez da competitividade, da eficiência sistêmica em vez da eficiência apenas individual, do “um por todos, todos por um”, em vez do “cada um por si e Deus só por mim”. E esta economia já existe. Ela tem como centro o coração, cuja energia é o amor. Trata-se, então de uma economia amorosa, que pressupõe seres amorosos.

Após o processo de redemocratização das atividades políticas, econômicas e sociais, a emancipação da Ecosol, entendida por Singer (2003, p. 13) como “o processo para alternativa possível de produção e distribuição”, tomou extensões de desenvolvimento para o país. Nos dias atuais, a SENAES, através do Atlas Digital de Economia Solidária no Brasil publicado em 2013, demonstra uma diversificação de empreendimentos autogestionados por 803.373 homens sócios e 620.258 mulheres sócias que se caracterizam como: agricultores familiares, artesãos, artistas, assentados da reforma agrária, catadores de material reciclável, garimpeiros ou mineiros, técnicos profissionais de ensino superior, trabalhadores autônomos, desempregados e os que não há predominância; e compõem os 19.708 empreendimentos, 10.793 qualificados

como rural, 6.856 como urbanos e 2.058 como Urbano e Rural, distribuídos no País conforme os dados da Tabela 1, a seguir:

**Tabela 1 - Área de atuação dos Empreendimentos por Macrorregiões**

<b>Local</b>	<b>Rural</b>	<b>Urbana</b>	<b>Rural e Urbana</b>	<b>Nº EES</b>
<b>Centro-Oeste</b>	1.082	670	269	<b>2.021</b>
<b>Nordeste</b>	5.804	1.554	682	<b>8.040</b>
<b>Norte</b>	1.566	1.270	290	<b>3.126</b>
<b>Sudeste</b>	959	1.970	299	<b>3.228</b>
<b>Sul</b>	1.382	1.392	518	<b>3.292</b>
<b>Total</b>	<b>10.793</b>	<b>6.856</b>	<b>2.058</b>	<b>19.708</b>

Fonte: <http://sies.ecosol.org.br/atlas>

Os dados demonstram que a Região Nordeste abriga cerca de 8.040 empreendimentos econômicos solidários, a região Sul 3.292, a região Sudeste 3.228, a região Norte 3.127 e a região Centro-Oeste 2.021 EES. Estes empreendimentos estão formalizados e organizados, conforme demonstrado na Tabela 2 em: Associações, Cooperativas, Grupos Informais e Sociedades Mercantis. Nas regiões Norte (2.044), Nordeste (5.969) e Centro-Oeste (1.307) os empreendimentos estão em maioria concentrados em Associações e nas regiões Sul (1.450) e Sudeste (1.567) em Grupos Informais. Em relação aos empreendimentos formalizados em Cooperativas e Sociedades Mercantis, a maioria encontra no Sul com 606 e 42, respectivamente.

**Tabela 2 - Forma de Organização por Macrorregião**

<b>Local</b>	<b>Grupo Informal</b>	<b>Associação</b>	<b>Cooperativa</b>	<b>Sociedade mercantil</b>	<b>Nº EES</b>
<b>Centro-oeste</b>	524	1.307	175	15	<b>2.021</b>
<b>Nordeste</b>	1.675	5.969	368	28	<b>8.040</b>
<b>Norte</b>	802	2.044	273	8	<b>3.127</b>
<b>Sudeste</b>	1.567	1.309	318	34	<b>3.228</b>
<b>Sul</b>	1.450	1.194	606	42	<b>3.292</b>
<b>Total</b>	<b>6.018</b>	<b>11.823</b>	<b>1.740</b>	<b>127</b>	<b>19.708</b>

Fonte: <http://sies.ecosol.org.br/atlas>

No que tange às atividades econômicas dos empreendimentos econômicos solidários, o Atlas, através da Tabela 3, apresenta quais as principais atividades desenvolvidas no País, sendo a que mais destaca-se a Produção ou Produção e Comercialização de Bens com 11.081 empreendimentos.

**Tabela 3 - Atividades econômicas realizadas pelos EES**

<b>Localidade</b>	<b>Brasil</b>
Troca de produtos ou serviços	430
Produção ou Produção e Comercialização	11.081
Comercialização ou Organização da Comercialização	2.628
Prestação do serviço ou trabalho a terceiros	1.296
Poupança, crédito ou finanças solidárias	328
Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios	3.945
<b>Nº EES</b>	<b>19.708</b>

Fonte: <http://sies.ecosol.org.br/atlas>

Considerando a atividade de produção e comercialização de bens como destaque, o Atlas também apresenta quais os espaços de comercialização destes EES, sendo 5.818 empreendimentos comercializando na entrega direta a clientes, 5.801 em feiras livres, 3.549 em feiras e exposições eventuais/especiais, 3.208 em lojas ou espaços próprios, 1.888 em espaços de venda coletivos (CEASA) e 639 em outros ambientes.

As principais conquistas destes empreendimentos econômicos solidários, conforme o Atlas Digital (SIES, 2013), são: geração de renda ou obtenção de maiores ganhos para os (as) sócios (as), autogestão e o exercício da democracia, integração do grupo/coletivo, comprometimento dos (as) sócios (as), conquistas de moradia, escola, infraestrutura etc., para a comunidade local e a conscientização e compromisso político com emancipação dos trabalhadores ou outras lutas mais gerais. E os principais desafios são: viabilizar economicamente o empreendimento, gerar renda adequada aos (as) sócios (as), garantir proteção social como previdência, assistência e saúde para os (as) sócios (as), efetivar a participação e a autogestão, alcançar a conscientização e a politização dos (as) sócios (as), alcançar maior conscientização ambiental dos (as) sócios (as), promover a articulação com outros empreendimentos e com o movimento de economia solidária e manter a união do grupo/coletivo.

O primeiro desafio apontado anteriormente pelo Atlas Digital (SIES, 2013) é viabilizar economicamente o empreendimento, para tanto é imprescindível aos gestores desse tipo de entidade a geração e utilização de informações contábeis adequadas, principalmente informações sobre seus custos, que devem subsidiar seu processo de tomada de decisão dentro.

### **2.3 Contabilidade como sistema de informação**

A Contabilidade surgiu das necessidades individuais de controle de patrimônios, de forma a mensurar os efeitos patrimoniais para a obtenção de um resultado esperado. Neste

sentido, ela se desenvolveu como Ciência Social, com o subjetivismo e o racionalismo intrínsecos em suas operações, como afirma Lopes de Sá (2002). Para o autor, o registro das operações, propriamente o registro contábil foi entendido como um processo de observação do fato, e que no decorrer do processo foi indispensável a necessidade do conhecimento das razões que proporcionaram as transformações patrimoniais deste fato.

Lopes de Sá (2002) ainda relata que a partir da percepção da realidade econômico-financeira evidenciados nos fatos patrimoniais, a contabilidade ganhou uma nova dimensão, a do neopatrimonialismo, não se tratando apenas do método de escriturar e demonstrar, mas de raciocinar para explicar o comportamento do patrimônio. Assim, os fatos contábeis, caracterizados como dados, serão registrados, transformados e reconhecidos como informações, partindo das essências dos processos, de forma a assegurar a relevância e a fidedignidade para a tomada de decisão do usuário.

Rezende e Abreu (2013, p. 40) caracterizam Sistema de Informação, como “o processo de transformação de dados em informações que são utilizadas na estrutura decisória da empresa e que proporcionam a sustentação administrativa, visando à otimização dos resultados esperados”. Os Sistemas de Informação, segundo Padoveze (2015, p. 48) se classificam em Sistema de Informação de Apoio às Operações, que busca o auxílio aos departamentos e atividades no cumprimento de suas atividades operacionais, e em Sistema de Informação de Apoio à Gestão, que preocupa objetivamente na geração de informações para a gestão econômico-financeira da empresa.

No processo contábil, o Sistema de Informação é considerado um Sistema de Apoio à Gestão que, de acordo com Padoveze (2015, p. 49), classifica, mensura e evidencia os dados, transformando-os em informações úteis e relevantes, características fundamentais das informações contábil-financeiras, segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 00 (R1). Ainda segundo o autor, o Sistema de Informação de Apoio à Gestão é classificado como Sistema de Informação de Apoio à Decisão, ligado intrinsecamente às questões das decisões gerenciais, chamado de Sistemas de Informações Gerenciais, onde o objetivo fundamental perpassa pela consolidação e aglutinação de todas as informações necessárias para a gestão da empresa.

Gonçalves (2009), reflete que, apesar do tratamento distinto na teoria entre Sistemas de Apoio Operacional e os Sistemas de Apoio Gerencial, na prática ambos devem ser discutidos como duas classes de Sistemas, assim as informações de apoio gerencial são as mesmas usadas

no processamento de transações, apresentadas de forma mais sintética, reportando ações do passado e do presente a partir dos bancos de dados transacionais.

## 2.4 Contabilidade de Custos e Gerencial

A Contabilidade tendo como objeto o Patrimônio, caracterizado como bens, direitos e obrigações, avaliam e mensura de maneira a atender os objetivos de seus usuários para melhor gestão das operações. A Contabilidade se divide em várias áreas, sendo a Contabilidade de Custos trazida, segundo Martins (2010), devido às necessidades de mensuração de estoques ocasionadas pelo advento do marco industrial no século VXIII, modificando, de forma que a finalidade de adaptação foi para além da formação dos critérios de avaliação de estoques, a mensuração e avaliação dos fatores de produção.

As mudanças econômicas, políticas e sociais, pós-revolução industrial, interferiram diretamente na forma de atuação das organizações. Posteriormente a este processo, na década de 1950, conforme Ribeiro (2015, p. 13), através da necessidade de aprimoramento de suas funções, a Contabilidade de Custo forneceu juntamente com a Contabilidade Financeira, dados para Contabilidade Gerencial, cujo objetivo se caracterizou no auxílio à administração para as tomadas de decisões de planejamento e controle.

Martins (2010, p. 15), por sua vez entende que:

A Contabilidade de Custos tem duas funções relevantes: o auxílio ao controle e às tomadas de decisões. No que diz respeito ao controle, sua mais importante missão é fornecer dados para o estabelecimento de padrões, orçamentos e outras formas de previsão e, num estágio imediatamente seguinte, acompanhar o efetivamente acontecido para comparação com os valores anteriores definidos.

Maher (2001) compreende que a Contabilidade de Custos é uma ferramenta para a Contabilidade Gerencial, e, portanto, os custos são mensurados para a tomada de decisão. Nesta mesma perspectiva, Garrison, Noreen e Brewer (2007), colaboram afirmando que a Contabilidade Gerencial se preocupa com o fornecimento de informações aos administradores, ou seja, voltada aos usuários internos das organizações.

Iudícibus (1987, p. 15), caracteriza a Contabilidade Gerencial como:

(...) um enfoque especial conferido a várias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos e tratados na contabilidade financeira, na contabilidade de custos, na análise financeira e de balanços etc., colocados numa perspectiva diferente, num grau de detalhe mais analítico ou numa forma de apresentação e classificação diferenciada, de maneira a auxiliar os gerentes das entidades em seus processos decisórios.



A análise de custos, sendo um instrumento gerencial aplicam metodologias com a finalidade de tornar mais eficiente a função gerencial, de acordo com Schimidt, Pinheiros e Nunes (2015, p. 01), sendo especificamente o processo:

- i. Classificação dos custos;
- ii. Exame e análise do comportamento dos custos;
- iii. Planejamento do custo;
- iv. Cálculo dos custos unitários e
- v. Análise do custo de determinadas operações.

Desta forma, as ferramentas da Contabilidade de Custos são usadas para fins gerenciais. No entendimento dos autores, no que tange ao controle ela é usada na função de fornecer informações para o estabelecimento de padrões, orçamentos ou previsões e, a seguir, acompanhar o efetivamente acontecido com os valores previstos; e na tomada de decisão para os administradores mensurar as consequências de medidas, sendo, portanto, ferramentas primordiais para a gestão do patrimônio.

## **2.5 Ferramentas da Contabilidade de Custos e Gerencial**

### **2.5.1 Terminologia conceitual básica da Contabilidade de Custos**

A contabilidade Custos sendo o ramo da Contabilidade Geral, mede, registra e relata informações sobre custos (MAHER, 2001, p. 38) e a Contabilidade Gerencial repassa as informações através de relatórios gerenciais para a tomada de decisão dos gestores, de maneira essencial para a gestão empresarial. Neste sentido, Callado, Callado e Silva (2011, p. 356), afirmam que a “Contabilidade de Custos é uma ferramenta gerencial essencial para a tomada de decisão, coletando e fornecendo informações úteis, como objetivo de se tornar um elemento diferencial”. Portanto sendo ferramenta gerencial no processo, Custos, de acordo com Maher (2001, p. 40) é um fator que causa, ou seja, direciona, de forma a direcionar para a produção de bens ou serviços. Os custos se dividem em duas principais categorias, segundo Maher (2001, p. 64), em custos de caixa, que representa uma saída de caixa, seja no passado, presente ou futuro; e em custo de oportunidade, onde existe a perda de benefício pela não aplicação de recursos na melhor alternativa.

Martins (2010, p.17), enfatiza que o custo pode ser um gasto, só que reconhecido como tal, isto é, como custo, no momento da fabricação de um produto ou execução de um serviço.

Gastos para o autor se caracterizam como um desembolso financeiro na compra de um produto ou serviço com a promessa de entrega de um ativo. Investimento, ainda para Martins (2010, p. 17), é todo gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis futuros períodos, caracterizando:

Todos os sacrifícios havidos pela aquisição de bens ou serviços que são estocados nos Ativos da empresa para baixa ou amortização quando de sua venda, de seu consumo, de seu desaparecimento ou de sua desvalorização são especificamente chamados investimentos.

Martins (2010, p. 18), conceitua Despesa como bens e serviços consumidos direta ou indiretamente para a obtenção de receitas, resultando na redução do Patrimônio Líquido. Ainda de acordo com o autor, as Perdas são os bens e serviços consumidos de forma anormal e involuntária.

Portanto, a conceituação das ferramentas da Contabilidade de Custos é essencial para a avaliação dos processos empresariais, a fim de obter uma melhor fidedignidade da realidade empresarial.

## 2.5.2 Classificação dos custos quanto à alocação e variabilidade

Para fins de melhor análise é necessário realizar a correta classificação dos custos. Dentre as diversas possíveis classificações, as mais comuns são a classificação quanto à alocação e a classificação quanto à variabilidade.

Quanto à alocação, os custos podem ser classificados como Diretos ou Indiretos. De acordo com Santos *et al.* (2015, p. 21):

Os custos diretos são apropriados aos produtos sem a necessidade de uma alocação adicional, ou seja, são perfeitamente identificados (física ou financeiramente) no objeto de custo (produto) de forma economicamente viável. Os custos indiretos são alocados aos produtos através de critérios de apropriação com determinado grau de subjetividade devido a não possuírem atributos perfeitamente identificados no objeto de custo (produto), de forma economicamente viável.

Já quanto à variabilidade os custos podem ser classificados como Fixos ou Variáveis. Viceconti e Neves (2013, p. 20), classificam os custos em Custos fixos, Custos Variáveis, Custos Semivariáveis e Semifixos, sendo:

Custos fixos são aqueles cujos valores são os mesmos qualquer que seja o volume de produção da empresa. Os custos fixos são fixos em relação ao volume de produção.

Custos variáveis são aqueles cujos valores se alteram em função do volume de produção da empresa. Os custos variáveis aumentam à medida que aumenta a produção.

Custos semivariáveis são custos que variam com o nível de produção que, entretanto, tem uma parcela fixa mesmo que nada seja produzido.

Custos semifixos são custos que são fixo numa determinada faixa de produção, mas que variam se há uma mudança desta faixa.

### 2.5.3 Sistema de Custeio: Absorção, Departamentalização, ABC e Variável

Para a alocação dos custos aos produtos ou serviços, a entidade deve adotar um sistema de custeio e a escolha de tal metodologia deve ser considerada de acordo com as características empresariais e as finalidades para quais elas existem. Dentre os sistemas de custeio mais destacados na literatura estão: Custeio por Absorção, Departamentalização, Custeio ABC e o Custeio Variável, esses quatro sistemas de custeio serão detalhados a seguir.

Segundo Martins (2010, p. 24) o “Custeio por Absorção consiste na apropriação de todos os custos de produção aos bens elaborados, e só os de produção, todos os gastos relativos ao esforço de produção são distribuídos para todos os produtos ou serviços feitos”. O custeio por absorção aloca todos os custos de produção, independentemente se eles são custos fixos ou custos variáveis.

Diferentemente do Custeio por Absorção, o Custeio por Departamentalização é estruturado através de departamentos, sendo definido por Martins (2010, p. 44) como “a unidade mínima administrativa para a Contabilidade de custos, representada por pessoas e ou máquinas em que se desenvolvem atividades homogêneas”.

Martins (2010, p. 45), considera que a departamentalização em muitas das vezes é considerada por centros de custos, e neles são acumulados os custos indiretos para posteriormente alocar aos produtos.

Outra forma de custeio é o Custeio baseado em Atividades (ABC), em que o objetivo perpassa pela redução das distorções provocadas pelos rateios arbitrários dos custos indiretos, como afirma Martins (2010, p. 60). Para o autor, o Custeio ABC pode ser aplicado, também, aos custos diretos, principalmente à mão-de-obra direta, e é recomendável que seja; mas haverá, neste caso, diferenças significativas em relação aos chamados “sistemas tradicionais”. A diferença fundamental está no tratamento dado aos custos indiretos.

Martins (2010, p. 67), chama a atenção para a aplicabilidade do custeio ABC, considerando que a dificuldade de implantação é na escolha de um direcionador de custos. O

autor afirma que um direcionador de custos é o fator que determina o custo de uma atividade, considerando que:

Para efeito de custeio de produtos, o direcionador deve ser o fator que determina ou influencia a maneira como os produtos “consomem” utilizam as atividades. Assim, o direcionador de custos será a base utilizada para atribuir os custos das atividades aos produtos.

Já o Custeio Variável, de acordo com Garrison, Noreen e Brewer (2007, p. 228) é considerado apenas para fins gerenciais, e nele são considerados custos de produção somente os custos que variam com o volume, as variáveis; conseqüentemente os custos fixos são tratados como custos do período.

#### 2.5.4 Análise Custo x Volume x Lucro

A Contabilidade Gerencial partindo de demanda por informação contábil útil aos usuários internos das organizações utiliza de ferramentas para análise, interpretação e preparação das informações. Neste sentido Padoveze (2010, p. 376), coloca que através da contabilidade de custos, mais especificamente, dos conceitos de custos fixos e variáveis, pode-se determinar futuras decisões de aumento ou diminuição dos volumes de produção, corte e manutenção de produtos já existentes, mudanças no mix de produção, incorporação de novos produtos ou quantidades adicionais. O autor afirma, que a análise de custo versus volume versus lucro conduz a estas possibilidades, sendo a Margem de Contribuição, Ponto de Equilíbrio e a alavancagem operacional, as ferramentas para esta análise.

Martins (2003, p. 128) define o conceito de Margem de Contribuição como “a diferença entre o preço de venda e o custo variável de cada produto; é o valor que cada unidade efetivamente traz à empresa de sobra entre sua receita e o custo que de fato provocou e que lhe pode ser imputado sem erro”.

Padoveze (2010, p. 376) traz a consideração que a Margem de Contribuição determinará, para cada unidade vendida, quanto a empresa lucrará em determinado. Neste sentido, com viés na produção, pode auxiliar no processo de produção limitações em relação à capacidade produtiva, de forma que o usuário pode optar ou não pela escolha de determinado produto. Martins (2003, p. 136), esclarece que a Margem de Contribuição é um elemento chave na decisão através do fator limitante da capacidade produtiva.

O Ponto de Equilíbrio, outra ferramenta da Contabilidade Gerencial, diz respeito a utilização da Margem de Contribuição para a análise dos custos incorridos no período. Martins (2003, p. 188), conclui que:

(..) o Ponto de Equilíbrio será obtido quando a soma da Margem de Contribuição totalizar o montante suficiente para cobrir os Custos e Despesas Fixas; esse é o ponto em que a contabilmente não haveria nem lucro e nem prejuízo (suponho produção igual à venda).

Padoveze (2010, p. 375), define com exatidão que “o Ponto de Equilíbrio evidencia, em termos quantitativos, qual o volume que a empresa precisa produzir ou vender, para que consiga pagar todos os custos e despesas fixas”.

Outra ferramenta utilizada é a Margem de Segurança, que, de acordo com Padoveze (2010), pode ser definida como o volume de vendas que excede às vendas calculadas no Ponto de Equilíbrio. O autor ainda afirma que o volume de vendas excedentes para analisar a Margem de Segurança pode ser tanto o valor das vendas orçadas como o valor real das vendas. Martins (2003, p. 188) conclui que a Margem de Segurança está ligado intrinsecamente com a Alavancagem Operacional, sendo ela definida pela divisão da porcentagem de acréscimo no lucro pela porcentagem de acréscimo no volume, afirmando que a medida que a Margem de Segurança aumenta, decresce a Alavancagem Operacional. Padoveze (2010, p. 377), define a Alavancagem Operacional:

(...) a possibilidade de acréscimo do lucro total pelo incremento da quantidade produzida e vendida, buscando a maximização do uso dos custos e despesas fixas. É dependente da Margem de Contribuição, ou seja, do impacto dos custos e despesas variáveis sobre o preço de venda unitário e dos valores dos custos e despesas fixas.

O autor menciona que o Grau de Alavancagem Operacional é uma medida que diz como, a um dado nível de vendas, uma mudança percentual no volume de vendas afetará os lucros.

#### 2.5.5 Formação de Preço de Venda

A formação de Preço de Venda está ligada intrinsecamente com custos, o que para Padoveze (2010) é calculado em cima de custos reais ou orçados, de forma que, segundo o autor, através deles surgirá um parâmetro inicial ou padrão de referência para análises comparativas.

Martins (2010, p. 156), considera que para a formação do Preço de Venda, “para além dos custos, é necessário saber o grau de elasticidade da demanda, os preços de produtos dos concorrentes, os produtos substitutos, a estratégia de marketing da empresa, etc”. O autor

afirma existir critérios para apuração da formação do Preço de Venda, sendo eles: Custeio por absorção, Custeio Variável, Custeio ABC e por Departamentalização.

Sobre a Formação de Preço com a utilização do Custeio por absorção, Martins (2003, p. 158), determina que com o método, chega-se ao custo de produzir e vender, incluindo do administrar e financiar, o que daria o gasto completo de todo o processo empresarial de obtenção de receita, de forma só adicionar o lucro desejado.

Já na Formação de Preço através do ABC, o Autor cometa que este tem a possibilidade de uma alocação mais radical de muitos custos e despesas a todos os produtos. Martins (2003) problematiza a utilização deste método no sentido de as organizações estarem dentro do contexto de concorrência, ele não se aplica.

No Custeio Variável, Martins (2003, p. 159) coloca que a principal utilização é através da Margem de Contribuição para auxiliar nas tomadas de decisões relativas à fixação do preço, neste sentido, o autor esclarece com o preço de um produto maior comparado outro e em quantidades menores, a escolha se daria pela fixação do produto com maior preço à quantidade menor, neste caso, bastaria verificar a Margem de Contribuição Total para averiguar se é suficiente para cobrir os encargos fixos e ainda fornecer um lucro mínimo desejado.

### 3. METODOLOGIA

A pesquisa como ciência, nas palavras de Zanella (2009, p. 63) “visa essencialmente à produção de novo conhecimento e tem a finalidade de buscar respostas a problemas e indagações teóricas e práticas”. Portanto, a presente pesquisa tem por objetivo analisar a aplicabilidade da gestão de custos em empreendimentos econômicos solidários da Zona da Mata Mineira, considerando suas características individuais e a adoção aos Princípios da Economia Solidária.

Sob a ótica positivista<sup>5</sup> metodológica este estudo norteia-se através da abordagem qualitativa descritiva, considerando a possibilidade de estudo dos fenômenos que envolvem os seres humanos e suas relações sociais em diversos ambientes, de forma que o pesquisador a partir da observação explora a realidade estudada (GODY, 1995). Neste aspecto, Terence e Filho (2006, p. 66), definem a pesquisa qualitativa como:

Abordagem em que o pesquisador procura aprofundar-se na compreensão dos fenômenos estudados – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente e contexto social – interpretando-os segundo a perspectiva dos participantes da situação enfocada, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito.

Em outras palavras, o pesquisador torna-se um investigador que, a partir do estudo empírico dos comportamentos sociais e ambientais da realidade estudada, descreve com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987).

Para a concretização desta pesquisa, o método aplicado foi o método indutivo, o que para Lakatos e Marconi (1991, p. 59) na indução o raciocínio passa por três etapas:

- A observação dos Fenômenos: o investigador parte da observação de fatos e fenômenos, com a finalidade de descobrir as causas de sua manifestação;
- A observação da relação entre eles: a seguir, por meio da comparação, o investigador aproxima os fatos para descobrir a relação existente entre eles; e
- generalização da relação: com base na relação verificada, o investigador generaliza a relação (ZANELLA, 2009, p. 56).

Neste estudo de múltiplos casos, os objetos de pesquisas foram escolhidos por conveniência e acessibilidade, sendo três Empreendimentos Econômicos Solidários estudados: Associação Caminho Novo, localizada na Cidade de Matias Barbosa, Minas Gerais; Associação 14 bis, localizada em Santos Dumont, Minas Gerais; e a Associação de Catadores de Materiais

---

<sup>5</sup> Abordagem positivista: Compreende-se o positivismo como uma combinação das ideias empiristas com a lógica moderna (que alia trabalhos de matemática e lógica) influenciado pelas descobertas da física, em especial pelas teorias da relatividade e quântica (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2004; COBRA, 1999).

Recicláveis de Além Paraíba, localizada em Além Paraíba, Minas Gerais. Ambas são Associações assessoradas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de Juiz de Fora, Minas Gerais e estão inseridas no Movimento de Economia Solidária da Zona da Mata Mineira.

Para implementação da pesquisa de campo, foram utilizadas as técnicas de coletas de dados: bibliográfico, análise documental e entrevista. A pesquisa bibliográfica, segundo Koche (2007, p. 122) tem a finalidade de ampliar o conhecimento na área, de dominar o conhecimento para depois utilizá-lo como modelo teórico que dará sustentação a outros problemas de pesquisa e para descrever e sistematizar o estado da arte na área estudada.

Na análise documental o objetivo é o semelhante da pesquisa bibliográfica, segundo Zanella (2009), a pesquisa se utiliza de fontes documentais, ou seja, dados secundários<sup>6</sup>.

A técnica de coleta de dados a entrevista é caracterizada como o encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto através da pesquisa por levantamento, sendo, para Zanella (2009, p. 84), “um método de levantamento e análise de dados sociais, econômicos e demográficos e se caracterizam pelo contato direto com as pessoas”.

Para este estudo de múltiplos casos, caracterizado como uma forma de pesquisa que aborda com profundidade um ou poucos objetos de pesquisa (ZANELLA, 2009, p. 86), foi optado a entrevista semiestrutura, amparadas por um roteiro de perguntas dividido nos seguintes blocos.

**Quadro 1 - Roteiro da Entrevista**

Bloco I	Informações demográficas do respondente
Bloco II	Sobre o Empreendimento Econômico Solidário
Bloco III	Informações Contábeis e de Custos do EES
Bloco IV	Gestão de Custos – Métodos e Informações
Bloco V	Grau de Satisfação da utilização da Contabilidade

Fonte: Elaboração Própria

As entrevistas foram aplicadas aos Gestores e Contadores dos empreendimentos. Apenas 1 (um) contador externo participou, sendo ele da Associação Caminho Novo, o Contador externo da Associação 14 Bis mesmo com a insistência da autora não retornou para aplicação da entrevista e a ACRAP não possui Contador externo ou interno fixo, de forma que quando há necessidades esporádicas a Associação procura um escritório de Contabilidade para atender as necessidades específicas.

<sup>6</sup> São dados que já foram coletados, tabulados, ordenados, sistematizados e algumas vezes, já analisados (ZANELLA, 2009, p. 83).



## 4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

### 4.1 Contextualização dos EES

Os empreendimentos estudados neste trabalho são: Associação dos Artesãos de Matias Barbosa, denominada como “Associação Caminho Novo”, Associação Agro-Artesanal 14 Bis, denominada “14 Bis” e a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Além Paraíba – ACRAP, ambas pertencentes a esfera regional da Zona da Mata Mineira. O quadro 2, a seguir, traz resumo das instituições objetos deste estudo.

**Quadro 2** – EES participantes do estudo

Nome do Empreendimento	Localização	Ano de Fundação	Setor
Associação Caminho Novo	Matias Barbosa/MG	2002	Produção/ Urbano
Associação 14 Bis	Santos Dumont/MG	2002	Produção/Rural
ACRAP	Além Paraíba/MG	2011	Serviço/Urbano

Fonte: Elaboração Própria

#### 4.1.1 Associação Caminho Novo

A Associação dos Artesãos de Matias Barbosa, intitulada como Associação Caminho Novo, constituiu-se juridicamente sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos em 19 de dezembro de 2002, com sede cedida pelo Município Matias Barbosa, Minas Gerais, sendo presidida pelo associado Carlos Augusto, pelo qual desempenha a função de Gestor do empreendimento. Seus objetivos pautam-se na prestação de serviços para a contribuição do fomento da produção artesanal e das manufaturas caseiras, melhoria de renda e da qualidade de vida dos seus associados, atender famílias carentes do campo e da cidade em condições de igualdade, disponibilizar recursos da Associação para transporte e exposição, conforme as possibilidades da Associação, proteção da saúde familiar, da maternidade, da infância e da velhice, combater a fome e a pobreza, proteção do meio ambiente e divulgação da cultura local. O art. 4º do Estatuto Social considera que mesmo a Associação atuando na comercialização, ela agirá apenas como agente facilitador, destinando os recursos arrecadados ao desenvolvimento socioeconômico dos associados e da própria sociedade.

O ramo de atuação da Associação é na produção e comercialização de materiais artesanais, tais como: decoração em madeira, confecção de bolsas e sacolas reutilizáveis, trabalho de pintura em panos e acessórios, decoração em crochê, entre outros produtos. O processo de confecção dos materiais é feito de forma individual pelos associados/artesãos e posto em estoque para a comercialização na sede cedida pela Prefeitura de Matias Barbosa. Além da comercialização no ponto fixo, os artesãos participam de forma coletiva, quando há

possibilidade, em feiras de artesanatos, e das vendas eles retiram individualmente suas receitas, repassando para a Associação apenas a mensalidade prevista. A composição da Diretoria é formada, nas palavras do Presidente Carlos Augusto, em entrevista, como:

*Hoje tá concentrada no Presidente, no conselheiro fiscal, e as decisões mais pesadas são tomadas em reunião, em assembleia, então, tipo assim, o corriqueiro, a como vou falar? Os pagamentos, recebimentos tá concentrado em mim. Tem tesoureira, ela nos últimos meses se distanciou, então acaba que eu presto conta para ela, mas eu “tô” segurando essa responsabilidade.*

Desta forma, Carlos Augusto ocupa o cargo de Presidente, segundo ele, há quatro anos, considerando:

*Bem, fui uns dos fundadores, eu fiquei aqui 2 anos no fiz o curso de formação, mais um ano e meio assim que a Associação se formou, depois eu voltei para cá em 2014, 4 anos.*

De acordo com o Estatuto Social da Associação Caminho Novo, Capítulo VI, Art.15º, os órgãos sociais são:

Art.15º. São Órgãos Sociais da Associação dos Artesãos de Matias Barbosa “Caminho Novo”:

I – Assembleia Geral;

II – Conselho de Administração;

III – Conselho Fiscal

O Estatuto Social na Seção II – Da administração e fiscalização, Art. 28º, demonstra:

Art.28º. O Conselho de Administração será constituído de uma Diretoria Executiva composta de Presidente, Vice-Presidente, Tesoureiro e Secretário, e mais 3 (três) Conselheiros Vogais, todos os associados, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 2 (dois) anos, sendo a reeleição para um único mandato imediatamente posterior.

Todos os cargos citados pelo Presidente Carlos Augusto são definidos por votação na Assembleia Geral a cada dois anos e eles não são remunerados. O inciso 4º do Art.27º, Seção II do Estatuto Social, prevê que:

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal exercerão seus cargos, sem nenhuma remuneração, gratificação ou vantagem. É permitido apenas o reembolso de despesas, desde que autorizadas pelo conselho de Administração e sejam realizadas para atender os interesses dos associados, devendo as despesas serem devidamente comprovadas por documentos legais e contabilmente aceitos.

O quadro de associados quando na fundação era de 50 associados, e atualmente, são 14 associados, segundo o Gestor Carlos Augusto. O faturamento bruto médio mensal é estimado entre R\$ 1.800,00 e R\$ 2.800,00, baseados nos meses de junho e julho de 2018, e as receitas são provenientes de doações e mensalidades dos Associados. Em relação aos custos, a Associação Caminho Novo possui parceria com a Prefeitura de Matias Barbosa que cede o espaço para a comercialização, além de arcar com as despesas de energia elétrica, água, internet e Telefone. As despesas mensais da Associação, de acordo com o Presidente, são de material de consumo que gira em torno de R\$ 20,00, tributos (ICMS) estimados em R\$ 20,00, de acordo com os meses pagos, tarifas bancárias de até R\$ 90,00 de acordo com a utilização mensal, Máquina de Cartão de Crédito de R\$ 129,00 fixo e do pagamento ao Escritório de Contabilidade, de R\$ 250,00 fixo. Além da parceria com a prefeitura, a Associação é assessorada pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Juiz de Fora – INTECOOP e atuante no Movimento de Economia Solidária na Zona da Mata Mineira.

#### 4.1.2 Associação Agro-Artesanal 14 Bis

A Associação Agro-Artesanal 14 Bis, denominada “14 Bis”, constituída segundo o Art. 1º do Estatuto Social, na forma de sociedade civil sem fins lucrativos, pessoa jurídica de direito privado, fundada em 2002 na cidade de Santos Dumont-MG, presidida pela Associada Dona Aparecida tem como objetivo a colaboração com os poderes públicos, associações congêneres e com o setor privado a fim de trazer melhorias à classe produtora artesanal e exploração agropecuária, bem como atuar na defesa dos interesses coletivos perante as autoridades administrativas e judiciárias, devendo ainda funcionar como órgão técnico-consultivo do município no estudo e solução dos problemas que envolvem a classe.

A Associação tem atuação na produção e comercialização de bolos e biscoitos artesanais. Os associados/artesãos compram juntos a matéria prima para a produção dos bolos e biscoitos, considerando maior quantidade por um melhor preço, no entanto, a produção é feita de forma individual. As vendas são feitas em dois segmentos: vendas institucionais para a Prefeitura de Santos Dumont, neste caso o repasse das receitas retirando os custos são divididos pelos associados/artesãos, e as vendas em feiras Livres em Santos Dumont e Juiz de Fora que são feitas de forma individual. Com faturamento médio mensal estimado de R\$ 30.000,00, a associação gera uma renda de aproximadamente dois salários mínimos para cada um dos 12 associados, de acordo com a Presidente D. Aparecida.

Quanto à organização da Associação, D. Aparecida afirma que a 14 Bis possui presidente, vice-presidente, tesoureiro, vice-tesoureiro, secretária, vice-secretária, conselho fiscal. Os cargos são definidos por eleição em assembleia a cada 2 anos e não são remunerados. O Estatuto Social não delibera sobre a remuneração dos dirigentes da Associação 14 Bis.

O Estatuto Social da 14 Bis, Art. 11º, classifica a forma de organização:

A Associação terá a seguinte organização:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria Executiva e
- c) Conselho Fiscal.

Quanto a diretoria executiva:

Artigo. 17º - A Diretoria Executiva será composta por seis membros que exercerão os seguintes cargos:

- a) Presidente
- b) Vice-presidente
- c) Primeiro Secretário
- d) Segundo Secretário
- e) Primeiro Tesoureiro
- f) Segundo Tesoureiro.

A sede da Associação está localizada na casa da Presidente, de forma que não há despesa com aluguel para funcionamento, os demais gastos com energia elétrica, água e telefone são arcados pela associação.

Em relação às parcerias, a Associação tem diálogo com a Prefeitura de Santos Dumont no que tange ao espaço de comercialização nas feiras municipais. A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Juiz de Fora está em processo de parceria para começar as atividades de assessoria. A 14 Bis participa do Movimento de Economia Solidária da Zona da Mata Mineira.

#### 4.1.3 Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Além Paraíba (ACRAP)

A Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Além Paraíba (ACRAP) se constituiu como Associação, fundada em 2011, sob forma de pessoa jurídica de direito privado, no município de Além Paraíba - MG, sendo presidida pelo Associado Sr. Dario. Seu objetivo principal, segundo o Estatuto Social pauta-se na realização da coordenação operacional do

esforço conjunto de seus associados no recolhimento, seleção, armazenagem, acondicionamento, transporte e venda do material reciclável recolhido por seus associados.

A ACRAP possui 10 associados que atuam no serviço de catação, separação e enfardamento dos materiais, tais como: garrafa pet, vidro, papelão, papel branco, entre outros. O Material coletado através da Coleta Seletiva do Município de Além Paraíba é transferido até a sede da ACRAP e partir disso, os associados dividem-se para a efetivação do trabalho. Além disso, alguns dos associados fazem as coletas diretas nas ruas e levam o material para a sede com o objetivo de fazer a triagem.

Toda a venda é realizada na sede da Associação e o material é transportado ao comprador, sendo seu faturamento bruto médio mensal em torno de R\$ 8.000,00 como a principal fonte de arrecadação as vendas das doações da coleta seletiva e da catação dos próprios associados no município de Além Paraíba. De acordo com o Presidente Sr. Dario, a associação organiza-se como: presidente, vice-presidente, tesoureiro, conselho fiscal, secretária, diretor patrimonial e diretor comercial. O estatuto social, no seu Art.10º, classifica a composição como:

Art.10º - A Associação será administrada por:

I – Assembleia Geral;

II – Diretoria Executiva;

III – Conselho Fiscal.

A Diretoria Executiva no Art. 22 do estatuto social, prevê:

Art. 22º - Da Diretoria Executiva:

I – Presidente;

II – Vice-Presidente;

III – Tesoureiro;

IV – Secretário;

V – Diretor Comercial

VI – Diretor de Patrimônio.

Os cargos, segundo o Presidente Sr. Dario, são definidos através de votações na plenária da Assembleia geral. No Art. 22º parágrafo primeiro do estatuto social prevê que todos os membros da Diretoria Executiva serão eleitos obrigatoriamente em Assembleia geral ordinária ou extraordinária, quando da complementação do cargo vago. Em relação as parcerias, a ACRAP recebe apoio da Prefeitura Municipal de Além Paraíba em relação ao espaço de trabalho, o aluguel do galpão de trabalho da Associação, alugado pela Prefeitura à Igreja Católica do município, no valor de R\$ 3.000,00 mensais, segundo o Presidente. Apesar da ajuda, o presidente afirma que há alguns meses a Prefeitura não repassar o aluguel, de forma

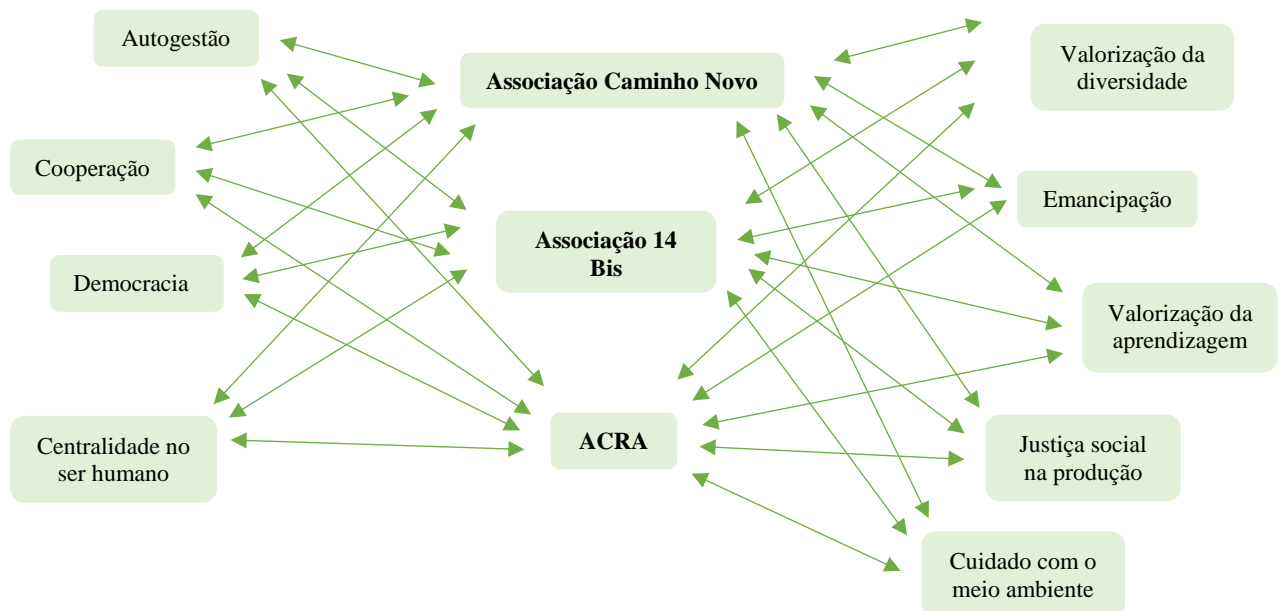
que a Igreja Católica proprietária do espaço já solicitou a desocupação, considerando a falta de pagamento.

Quanto as despesa com energia elétrica a ACRAP gira em torno de R\$ 400,00 mensal, sendo pago totalmente pela Associação. Em relação a água, a Associação não paga devido um poço artesanal no terreno ocupado pela Associação, de acordo com o Sr. Dario.

## 4.2 Aderência aos Princípios da Economia Solidária

No que tange aos Princípios da Economia Solidária, os empreendimentos econômicos solidários compartilham dos mesmos ideais, conforme Figura 1, abaixo.

**Figura 1 – Adoção dos Princípios da Economia Solidária**



Fonte: Elaboração Própria

Os Princípios norteadores da Economia Solidária são fundamentais para a concretização ideológica do movimento, visto disso, a Associação Caminho Novo adota parcialmente o Princípio da valorização da aprendizagem, valorização do compartilhamento e da formação permanente. Apesar da adoção parcial, o Presidente Carlos Augusto compreende a importância da formação contínua dos Associados:

*Bom, está nos faltando cursos, tá! Principalmente curso de Associativismo para os novos associados, teve até uma reclamação outro dia, a gente tinha que preparar o Artesão para ele tá em grupo, tá! Há muito tempo que a gente não tem curso de formação*

*continua, mas assim, isso é muito valioso, muitos associados aqui já fizeram, não todos, mas é uma coisa que a gente valoriza, mas não prática.*

A Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Além Paraíba-ACRAP, adota totalmente dos os Princípios da Economia Solidária e deixa evidente a responsabilidade da Associação em desenvolver formas de relações sociais baseadas na Economia Solidária observado na fala do Presidente Sr. Dario quanto ao Princípio da Centralidade do ser humano: valorização social do trabalho humano:

*(...) Vamo chamar uma assembleia, o Manuel não está podendo vir trabalhar, então vamos tirar uma parte do nosso dinheiro, da nossa divisão e vamo passar para o Manuel, então a gente trabalha dessa forma. Já tivemos isso já, é, aconteceu isso aqui na Acrap, já aconteceu.*

A Associação 14 Bis também adota totalmente os Princípios da Economia Solidária.

### **4.3 Análise da gestão de custos e a utilização das ferramentas gerenciais**

A Contabilidade tem fundamental importância para a avaliação, mensuração e evidenciação dos fatos patrimoniais, sendo um instrumento de gestão dos propósitos organizacionais. Neste viés os Gestores necessitam compreender a Contabilidade para além do processo legal, para a tomada de decisão. Os empreendimentos estudados neste trabalho, através de seus gestores, percebem a importância da Contabilidade como instrumento de gestão, sendo que a Associação Caminho Novo empreendimento adota a Contabilidade Interna e Externa, a ACRAP adota a Contabilidade Interna e a Associação 14 Bis contrata um escritório/profissional externo.

#### **4.3.1 Demanda por informações contábeis e gerenciais**

Quanto às principais informações contábeis demandadas pelas associações e sua frequência, a Associação Caminho Novo indica: informações para a tomada de decisão gerencial (diariamente), informações para controlar as operações da Associação, informações para avaliar o desempenho do negócio e informações para operações junto a bancos (quinzenalmente), utilização das informações contábeis para fins fiscais (mensalmente). As informações gerenciais demandadas são: Separação entre Custos Fixos e Variáveis e Orçamento (mensalmente), por vezes o Escritório contábil/Contador auxilia na compreensão dessas informações. A entrevista ainda verificou quais informações a Associação não demanda e foram citadas: sistema de custeio diferente do Custeio por Absorção, separação entre Custos Diretos e Indiretos, Ponto de Equilíbrio, Margem de Segurança. O Gestor Sr. Carlos Augusto

pondera que a Margem de Contribuição e Preço de Venda são informações elaboradas de forma individual pelos Associados.

A Associação 14 Bis demanda de informações contábeis para fins fiscais, controle de operações, avaliação de desempenho e para tomada de decisão (mensalmente), não demandando informações para operações bancárias e em relação às informações de custos. Segundo a gestora D. Aparecida, a Associação demanda mensalmente informações de separação entre custos fixos e variáveis, sistema de custeio diferente da Absorção (trimestralmente) e esporadicamente sobre formação do preço de venda e não demanda de informações de separação entre custos diretos e indiretos, orçamento, margem de contribuição, ponto de equilíbrio e margem de segurança.

Já a ACRAP demanda informações contábeis para controles das operações e para decisão gerencial mensalmente e não demanda informações contábeis para fins fiscais, avaliação de desempenho e operações bancárias. Em relação às informações gerenciais, o gestor Sr. Dario, pondera que demanda de separação entre custos fixos e variáveis e custos diretos e indiretos (mensalmente), de forma esporádico orçamento e não demandam de informações de sistema de custeio diferente do Custeio por Absorção, Margem de Contribuição, Ponto de Equilíbrio, Margem de Segurança e Formação do preço de venda.

#### 4.2.2 Processo de Tomada de Decisão

Em relação ao método adotado para tomada de decisão, o Gestor da Associação Caminho Novo, Sr. Carlos Augusto afirma adotar o método da autogestão – maioria simples - em reuniões e assembleias, reconhecendo como muito importante as informações geradas pela Contabilidade e demonstrando satisfação para o auxílio na tomada de decisão e que gostaria de outras informações para o processo de decisão. Neste caso, o Gestor avalia que as informações poderiam partir de um Contador/Escritório Contábil, Consultoria externa ou Internamente no empreendimento.

A Gestora da Associação 14 Bis, D. Aparecida, pondera que a Associação recebe orientações por parte do Contador/Escritório Contábil para compreensão das informações geradas e que o método para tomada de decisão a partir das informações recebidas é de forma tradicional, em grupo e que a Associação está satisfeita com as informações oriundas da Contabilidade para a tomada de decisão, atribuindo muito importante e ressaltando que gostaria de receber outras informações para a tomada de decisão e que elas saíssem do Contador/Escritório Contábil, sendo: utilização de um sistema de custeio diferente da absorção,



separação entre custos fixos e variáveis, Margem de Contribuição, Formação do preço de venda, Separação entre custos diretos e indiretos e ponto de equilíbrio. A Gestora afirma que a Associação analisa as variações dos custos indiretos de produção e que o controle dos custos não está atrelado ao orçamento ou ao planejamento estratégico.

A ACRAP, segundo o Gestor Sr. Dario, não recebe por parte de um Contador ou Escritório Contábil orientações gerenciais por não possuir um prestador de serviços entendendo que algumas informações são geradas internamente, no entanto para outras informações contábeis no auxílio das decisões poderia partir de um Contador/Escritório Contábil caso tivessem e que estariam dispostos a pagar um profissional contábil, neste caso, as informações seriam: utilização de um sistema de custeio diferente do Custeio por Absorção, separação entre custos fixos e variáveis, margem de contribuição, formação do preço de venda, separação entre custos diretos e indiretos, orçamento, ponto de equilíbrio e alavancagem operacional. Sr. Dario afirma que a Associação analisa as variações dos custos indiretos de produção e que o controle dos custos não está atrelado ao orçamento ou ao planejamento estratégico do empreendimento.

#### 4.2.3 Informações sobre os Custos do EES

No que tange aos custos para a tomada de decisão no aspecto da formação do preço de venda, o Sr. Carlos Augusto, da Associação Caminho Novo, reforça a produção de forma individual e em todos os itens afirma que os associados mensuram: custo do produto para formação do preço de venda, formação da margem de contribuição unitária desejada, clientes alvo e a aceitação do preço de venda, preços praticados pelo mercado, grau de concorrência do mercado e características do produto, como qualidade e design. O item quantidade mínima para não incorrer prejuízo, o gestor afirma não mensurar.

Os associados/artesãos da Associação 14 Bis e a ACRAP utilizam os custos para tomada de decisão na formação do preço de venda de forma a mensurar o custo do produto, a margem de contribuição unitária desejada, clientes alvos e o valor que eles estariam dispostos a pagar, preços praticados no mercado, grau de concorrência no mercado, características do produto como qualidade e design e calcula a quantidade de produtos que tem a vender para não incorrer prejuízo.

A Associação 14 Bis e ACRAP não fornecem/elaboram ou mesmo contratam informações de custos do empreendimento e não existe a figura de um responsável para tal dentro das associações. A ACRAP estaria disposta a pagar a um escritório/profissional externo (consultoria) pelo fornecimento de informações sobre a gestão dos custos do empreendimento

e nunca solicitou informações de custos ou relatório gerencial à Contabilidade, de acordo com o Sr. Dario, essas informações são geradas internamente e utiliza da Contabilidade de Custos para a tomada de decisão e não utiliza a técnica de orçamento para a tomada de decisão. Diferentemente, a Associação 14 Bis, através da Gestora D. Aparecida, esclarece que a Associação não está disposta a pagar para obter as informações sobre custos, mas já solicitou relatório gerencial ou informações específicas sobre custos à Contabilidade, de forma esporádica, todas foram atendidas, além do empreendimento utilizar a Contabilidade de Custos para a tomada de decisão.

#### 4.2.4 Satisfação quanto às informações Contábeis

Sobre a avaliação da satisfação da utilização da Contabilidade, o Sr. Carlos Augusto, gestor da Associação Caminho Novo, afirma estar totalmente satisfeito com os resultados esperados com a aplicabilidade do método de custeio, formação do preço de venda, informações de custos geradas para apoio a tomada de decisão e custos gerados para controle. Ele demonstrou indiferença nas informações de custos geradas para avaliação de estoques. Em relação à gestão dos custos nos empreendimentos, a Associação Caminho Novo fornece/elabora informações de custos e reconhece a existência de um responsável, sendo o próprio presidente Carlos Augusto com escolaridade de ensino médio completo e há 4 anos e 7 meses nesta função. Sr. Carlos Augusto afirma que o empreendimento nunca solicitou relatórios gerenciais ou informações específicas sobre custos à Contabilidade, entendendo que as informações são geradas internamente e o empreendimento utiliza das informações geradas internamente sobre custos e a técnica de orçamento para a tomada de decisão.

A Associação 14 Bis, de acordo com a Gestora D. Aparecida, demonstrou insatisfação total quanto a aplicabilidade do método de custeio e a satisfação parcial quanto ao método empregado na formação do preço de venda, apesar da elaboração individual por associado, custos gerados para apoio nas tomadas de decisões, custos gerados para controle e na avaliação do estoque.

A ACRAP demonstrou satisfação total na formação do preço de venda, indiferente na aplicabilidade do método de custeio e satisfação parcial nas informações geradas para apoio as decisões, nas informações de custos geradas para controle e nas informações geradas para avaliação dos estoques.

#### 4.2.5 Percepção dos Contadores dos EES

Para além da percepção dos gestores das Associações, foi analisada a percepção do Contador da Associação Caminho Novo. O escritório contábil está localizado na cidade de Matias Barbosa e presta serviço para a Associação Caminho Novo desde 2002, sendo Contador responsável. Ele tem entre 31 a 35 anos, sexo masculino, nível superior completo com duas formações, Ciências Contábeis e Administração de Empresas.

Em relação ao método de custeio partindo da percepção do Contador à Associação, é utilizado o método variável desde a fundação da Associação, em 2002, não existindo um software para calcular e operacionalizar os custos, apenas uma planilha de Excel e não existindo a separação de departamentos, assim como não existe a aplicação dos custos indiretos nos produtos. Segundo o Contador existe a separação entre custos fixos e variáveis, separação entre custos diretos e indiretos, a utilização do custo padrão com o estabelecimento de metas de custos para o controle, a análise das variações de materiais diretos e da mão de obra direta, a análise das variações dos custos indiretos de produção e controle dos custos para o orçamento ou ao planejamento estratégico da Associação.

Existe ainda a utilização do custeio variável na mensuração dos gastos fixos para formação do lucro, escolha da produção de produtos será cortada ou terão a quantidade mínima reduzida e não é elaborada a margem de contribuição, assim os custos e as despesas variáveis não são mensurados para tal análise, além dos custos fixos para o resultado, e não há existe de mix de produção e a análise de rentabilidade dos produtos produzidos.

Nos custos para a tomada de decisão em relação ao preço de venda, a Associação utiliza do custo do produto para a formação do preço de venda, considerando os clientes alvos, qualidade e design dos produtos, os preços praticados no mercado e grau de concorrência, considera os preços de venda dos produtos substitutos. Na gestão gerencial, a Associação utiliza do ponto de equilíbrio financeiro para determinação do volume mínimo de vendas, no entanto, segundo o Contador, não calcula o ponto de equilíbrio contábil e econômico, margem de segurança e alavancagem operacional.

Em relação ao grau de satisfação, o Contador demonstra satisfação parcial no método para formação do preço de venda, nas informações de custos geradas para apoio da tomada de decisão e de estoques. Mostra indiferente na aplicabilidade do método de custeio e nas informações de custos geradas para controle.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Economia Solidária através da Autogestão tornou possível, segundo Singer (2002) outro modo de produção e consumo, cujos princípios foram baseados na coletividade e no direito à liberdade individual. Dado isso, este trabalho teve por objetivo analisar a aplicação da gestão de custos em empreendimentos econômicos solidários da Zona da Mata Mineira, considerando suas características individuais e a adoção aos Princípios da Economia Solidária; considerando que a Economia Solidária é fundamental para o desenvolvimento econômico destes empreendimentos, e, por conseguinte no desenvolvimento social dos trabalhadores através da geração de renda.

A análise demonstrou que os Empreendimentos Econômicos Solidários aqui estudados, são constituídos legalmente como Associações visando à geração de renda através do associativismo e seguem os Princípios da Economia Solidária. No entanto, no que tange a aplicação das ferramentas de custos no processo produtivo os EES não mensuram de forma fidedigna seus custos, considerando que na Associação Caminho Novo e na Associação 14 Bis a produção é feita de forma individual, sendo as Associações entidades responsáveis pela comercialização, neste sentido as Associações mensuram as despesas do espaço.

O Gestor da Associação Caminho Novo afirma que a Associação utiliza de forma mensal informações contábeis para fins fiscais, o que deixa a entender a preocupação no atendimento das questões tributárias. A Associação 14 Bis aplica a gestão de custos apenas na separação entre os custos diretos e indiretos de produção. Na ACRAP há apenas a gestão dos custos fixos e variáveis, além dos custos diretos e indiretos, como a mão de obra, ou seja, a utilização dos custos indiretos na produção sem um método de custeio específico.

Em relação à gestão das ferramentas gerenciais para a tomada de decisão, como a Margem de Contribuição ou o Ponto de Equilíbrio, nenhum dos EES fazem a utilização. Desta forma, notou-se que os empreendimentos não utilizam das ferramentas para a gestão dos custos da produção e das ferramentas gerenciais para a tomada de decisão, de maneira que em todos os empreendimentos tendem a fazer, a partir da análise da autora deste estudo, uma confusão conceitual de custos e despesas e de todas as ferramentas gerenciais.

Dado isso, este trabalho demonstrou para além da relevância acadêmica na pesquisa em Empreendimentos Econômicos Solidários, a importância de compreender o perfil deste novo usuário da Contabilidade, a fim de distinguir os próprios métodos contábeis aplicáveis a eles.

Sugere-se para trabalhos futuros, a ampliação da pesquisa para demais Empreendimentos Econômicos Solidários da Zona da Mata e o estudo aprofundado dos custos e possível consultoria em gestão de custos de forma individualizada com cada empreendimento.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia popular e solidária: A alavanca para um desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública: Uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

BENATO, João Vitorino Azolin. **O ABC do Cooperativismo**. 5. ed. São Paulo: OCESP, 1999.

CORREIA, Estefânia Alves. **Economia Solidária e Sociedade: economia solidária como alternativa de desenvolvimento Econômico para as camadas populares**. João Pessoa: CCTA/UFPB, 2015.

ESPEJO, Márcia Maria dos Santos Bortolucci; FREZATTI, Fábio; CRUZ, Ana Paula Capuano; COSTA, Flaviano. **Uma abordagem Institucional do subjetivismo responsável na adoção das normas internacionais de Contabilidade: Uma análise crítico-reflexiva sobre os inibidores à convergência no Brasil**. Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

FBES. **Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. Disponível em <http://fbes.org.br/linha-de-tempo/>. Acesso em: 06 dez. 2017.

GARRISON, Ray H.; NOREEN, Eric W.; BREWER, Peter C. **Contabilidade Gerencial**. 11. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

GONÇALVES, Rosana C. M. Grillo. **Sistemas de informação: ênfase em controladoria e contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

HURT, Robert L. **Sistemas de informações contábeis: conceitos básicos e temas atuais**. 3. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

IUDÍCIBUS, S. **Ensaio sobre Algumas Raízes Profundas da Contabilidade, em Apoio aos Princípios Fundamentais**. Revista de Contabilidade e Organizações – RCO, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Gerencial**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Relatório de Pesquisa: os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões sócioestruturais dos empreendimentos**. Brasília: IPEA, 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 2. Ed. Ver. Ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 14. Ed. Rev. Ampl. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. In: Estudos Avançados, vol. 12, n. 34, set./dez. p. 7-46, 1998.

MAIA, Isa. **Cooperativa e Prática Democrática**. São Paulo. Cortez, 1985.

MAHER, Michael. **Contabilidade de Custos: criando valor para a administração**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, Emerson Dias de. **Teoria e prática da cooperação no viés populista**. Revista de Gestão e Organizações Cooperativas. 3. vol. n. 6. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico da UFSM, 2014.

PADOVEZE, Clóvis L. **Sistemas de informações contábeis: fundamentos e análise**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PADOVEZE, Clóvis L. **Contabilidade Gerencial: Um enfoque em Sistemas de Informação Contábil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010

PINHO, Diva Benevides. **O pensamento Cooperativo e o Cooperativismo Brasileiro**. São Paulo: CNPQ, 1982.

REZENDE, Denis A. ABREU, Aline França de. **Tecnologia da Informação Aplicada a Sistemas de Informação Empresariais: O Papel Estratégico da Informação e dos Sistemas de Informação nas Empresas**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade de Custos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Editora Record, São Paulo, 6ª edição, 2001.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo; PINHEIROS, Paulo Roberto; NUNES, Marcelo Santos. **Manual de Contabilidade de Custos**. São Paulo: Atlas, 2015.

SIES. **Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária**. Disponível em <http://sies.ecosol.org.br/atlas>. Acesso em: 20 Julho. 2018

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo. **A economia solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao Desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko. **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária**. São Paulo: Contexto, 2003.

TRVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez; NEVES, Silvério das. **Contabilidade de Custos**. 11. ed. – São Paulo: Saraiva, 2013.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Departamento de Ciências Administrativas/UFSC. CAPES: UAB, 2009.